

Mais credito ao que e rural

por Equipe InfoMoney

Embora a necessidade de financiamento seja inerente a qualquer atividade econômica, a avaliação sobre investimentos no agronegócio passa pelo crucial entendimento das engrenagens do crédito agrícola, por vezes obscuras aos agentes de fora do setor. Muito suscetível aos ciclos econômicos globais - que ditam as trajetórias dos preços de commodities -, a atividade agrícola costuma depender fundamentalmente da capacidade dos produtores para atravessar turbulências mantendo íntegra sua saúde financeira, especialmente em relação aos agricultores de menor escala - dadas as reduzidas margens a que estão sujeitos.

Em um momento favorável para os produtores, com os altos níveis de preços dos produtos primários, pode ser surpreendente a análise dos dados do Banco Central sobre o crédito rural, que em 12 meses cresceu apenas 16,6%, frente à expansão de 35,5% dos recursos destinados à indústria e de 30,9% dos relativos ao comércio, no mesmo período. Contudo, tais dados refletem operações estritamente em conformidade com as normas do segmento, em que os recursos são majoritariamente originários da reserva de 25% dos depósitos à vista, da cota de 65% da poupança rural e do Tesouro Nacional.

Chamados de recursos controlados, estes possuem regras mais enrijecidas para seu funcionamento, bem como taxas controladas pelo CMN (Conselho Monetário Nacional), atualmente em 6,75% ao ano aos produtores médios e grandes. No caso dos pequenos ofertantes, a captação de recursos pode ser realizada por meio do Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), com taxas que se situam em patamares ainda inferiores. As principais modalidades em que são veiculados consistem nas cédulas de produto rural, caracterizadas de acordo com a natureza da garantia dada pelo agricultor - penhor ou hipoteca.

De acordo com o diretor de Agronegócios do Banco do Brasil, José Carlos Vaz, o crédito rural não consegue suprir toda a demanda de financiamento do setor - exceção feita aos pequenos produtores - representando cerca de um terço do total de recursos necessários a uma safra no País. O restante seria oriundo de antecipação de receitas com intermediários ou clientes diretos, bem como de adiantamento de insumos. Por sua vez, tais operações seriam financiadas em grande parte com recursos bancários livres. No entanto, não é prática

do sistema financeiro alocar recursos livres ao financiamento direto do produtor, uma vez que a atividade rural não suporta altas taxas, afirma Vaz. Neste cenário, o crédito rural desempenha importante papel na redução do custo financeiro médio dos produtores maiores.

Sobre o risco envolvido na operação, Vaz afirma que a carteira do agronegócio era a de risco mais baixo no BB até 2004, quando uma grave crise no setor aumentou a inadimplência e agravou sua classificação. No primeiro trimestre de 2008, o risco médio da carteira do banco elevou-se 0,13 ponto percentual em função do reescalonamento de dívidas rurais. No entanto, José Carlos Vaz entende que a recuperação da renda dos produtores ao longo dos próximos três anos deverá melhorar este cenário.

De fato, o momento condiciona projeções favoráveis para o desempenho do setor, com fatores estruturais que suportam o vigoroso crescimento da demanda por alimentos e outros produtos primários em países emergentes. No entanto, persistem dúvidas quanto à influência de fatores especulativos sobre os preços internacionais, dando margem a expectativas de uma queda abrupta das cotações. É neste cenário que o crédito rural, com todo o peso do Estado em sua formulação, representa importante fator de estabilidade para a oferta de gêneros vitais à população e indispensáveis ao funcionamento do restante da cadeia produtiva.

